

# As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**LUCCA SIMEONI PAVAN**

(Organizador)

# **As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-32-1 DOI 10.22533/at.ed.321181109  1. Economia. 2. Política econômica. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é um ramo científico diferente dos demais. Ela se enquadra em uma ciência de núcleo duro, em que as técnicas matemáticas e estatísticas dão suporte ao seu desenvolvimento teórico e aplicações empíricas, entretanto, o estudo da economia não se limita somente a este núcleo. Dado que seu objeto de estudo são as interações humanas, ela não permite a aplicação cega de conceitos puramente matemáticos. Isso acontece por que o ambiente econômico não é um laboratório onde podemos controlar todos os fatores que possam interferir nos resultados de determinado estudo, fato possível na física e na química por exemplo.

A sociedade possui relações extremamente complexas que são impossíveis de serem reproduzidas com a exatidão necessária às ciências exatas. Porém, é com esta complexidade das relações humanas que a ciência econômica busca lidar. Para isso, ela se baseia em uma metodologia própria que visa equilibrar a exigência e rigor das ciências exatas com a complexidade e subjetividade das relações humanas.

Várias formas de abordagem científica fazem parte do contexto da ciência econômica, como estudos histórico-filosóficos e pesquisas aplicadas. Atendendo à essa diversidade existente na ciência econômica, este livro reúne os mais variados trabalhos, seja no que se refere à técnica de estudo utilizada ou o tema de pesquisa abordado. Digo isso para ressaltar a relevância desta coletânea de artigos, mostrando os mais variados temas e formas de se investigar os fenômenos associados ao ambiente econômico.

O livro não está organizado conforme um único critério, dada a diversidade de temas e métodos que ele apresenta. Aqui o leitor poderá encontrar artigos que usam a metodologia de economia regional e econometria espacial para estudar a relação entre “bancarização” e desenvolvimento econômico, por exemplo. Questões sobre o comércio com outros países também são abordadas usando esta metodologia. Questões de tributação e financiamento do desenvolvimento também são tratadas nos artigos incluídos nesta edição.

Alguns trabalhos aplicados que usam técnicas econométricas também estão contidos neste livro. Os temas também são diversos, sendo relacionados ao setor agropecuário na forma de análise de preços de commodities ou da produção do setor agropecuário. A questão ambiental também se insere dentre os temas abordados, seja na forma de estudos de viabilidade de geração de energia ou de estudos sobre inovação e gestão organizacional no setor de produção de combustíveis.

Neste livro constam trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, do Sul ao Nordeste, mostrando que além da diversidade de temas e métodos, a ciência econômica está bem difundida no território nacional e contribui com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Por fim, desejo ao leitor um bom proveito dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a qualidade dos artigos selecionados e a diversidade de temas e métodos

utilizados. Com certeza este livro servirá de suporte para muitos pesquisadores que estejam inseridos na mesma área de pesquisa dos artigos aqui contidos. Sem dúvida os trabalhos servirão de inspiração para novos pesquisadores em economia ou como complemento nos estudos em andamento.

Lucca Simeoni Pavan, Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A “BANCARIZAÇÃO” E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM ESPACIAL PARA O ESTADO DO PARANÁ	
<i>José Rodrigo Gobi</i>	
<i>Pietro André TelatinPaschoalino</i>	
<i>Luiz Guilherme de Oliveira Santos</i>	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>José Luiz Parré</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
DETERMINAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ESTADO DO PARANÁ: APLICAÇÃO DA TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	
<i>Andréia Ferreira Prestes</i>	
<i>Renata Cattelan</i>	
<i>Marcelo Lopes de Moraes</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>40</b>
EFEITO DO GERADOR E TRANSBORDAMENTO DE IMPOSTOS INDIRETOS NA ECONOMIA DE SANTA CATARINA EM 2004	
<i>Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues</i>	
<i>Auberth Henrik Venson</i>	
<i>Marcia Regina Gabardo da Camara</i>	
<i>Paulo Rogério Alves Brene</i>	
<i>Umberto Antônio Sesso Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>59</b>
O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Wesley Santos</i>	
<i>Elmer Nascimento Matos</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>76</b>
O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<i>Tatiani Sobrinho Del Bianco</i>	
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
<i>Camilo Freddy Mendonza Morejon</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>98</b>
A RELIGIÃO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ DE 1991 A 2010	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>Ednaldo Michellon</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>119</b>
TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: O CASO DO MERCADO DE ETANOL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO PARANÁ	
<i>Lucca Simeoni Pavan</i>	
<i>Alessandro Garcia Bernardelli</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>135</b>
ANÁLISE DO NÍVEL DA ATIVIDADE AGROPECUARISTA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
<i>James José de Brito Sousa</i>	
<i>Alysson de Brito Araújo</i>	
<i>Maria de Jesus Gomes de Lima</i>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>151</b>
AS MICRORREGIÕES DE CHAPECÓ, CONCÓRDIA E XANXERÊ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Sérgio Begnini</i>	
<i>Lirane Elize Denfante Ferreto de Almeida</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>173</b>
ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA E SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Tatiane Dinca</i>	
<i>José Carlos Marcos</i>	
<i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>190</b>
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Jacks Williams Peixoto Bezerra</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>213</b>
INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CEARÁ	
<i>Rárisson Jardiel Santos Sampaio</i>	
<i>Ivanna Pequeno dos Santos</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>228</b>
CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010	
<i>Ewerton da Silva Quartieri</i>	
<i>Maicker Leite Bartz</i>	
<i>Gabrielito Reuter Menezes</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>240</b>
FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL	
<i>Alex Eugênio Altrão de Moraes</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>253</b>
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR INFANTOJUVENIL A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ.	
<i>Isabelle Bezerra Bem</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>268</b>
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	
<i>Everaldo da Silva</i>	
<i>Joel Haroldo Baade</i>	
<i>Rodrigo Regert</i>	
<i>Adécio Machado dos Santos</i>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>282</b>
INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015	
<i>Kassia Larissa Abrantes Alves</i>	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>294</b>
O PADRÃO DE INSERÇÃO COMERCIAL E A MUDANÇA NA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000	
<i>Danniele Giomo</i>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>301</b>
POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
<i>Maristela Dumas</i>	
<i>Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza</i>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>323</b>
REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
<i>Cláudio Machado Maia</i>	
<i>Myrian Aldana Vargas Santin</i>	
<i>Flávio Antonio Manfrin</i>	
<i>Nemésio Carlos da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>339</b>
POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO	
<i>Gabriela Garbi Bissacot</i>	
<i>Robson Luis Mori</i>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>362</b>
PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Camila Salvador</i>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>382</b>
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: O CASO DA NATURA COSMÉTICOS	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Daniela Catarina de Borba</i>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>422</b>



## POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO

### **Gabriela Garbi Bissacot**

Acadêmica de graduação do Curso de Ciências Econômicas da UEM e do PET Economia-UEM – gabrielagarbi22@hotmail.com.

### **Robson Luis Mori**

Professor adjunto do Departamento de Economia da UEM – rlmori@uem.br.

**RESUMO:** O presente trabalho visa investigar as principais diferenças e semelhanças da política industrial aplicada por Brasil e Coréia do Sul a partir da Segunda Guerra Mundial, dentro das diferentes concepções de desenvolvimento adotadas, bem como seus principais resultados. A metodologia usada é de natureza bibliográfica, descritiva e documental, usando materiais como artigos científicos e documentos de instituições relacionadas às políticas industriais. Como principal resultado/conclusão, verifica-se uma ampla diferença nas concepções políticas em nível temporal entre os dois países, que podem ser caracterizadas como políticas de estado, no caso da Coréia do Sul, e de governo, no caso brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política industrial; Desenvolvimento; Brasil; Coréia do Sul.

**ABSTRACT:** The present work aims at investigating the main differences and similarities of the industrial policy applied by Brazil and South

Korea as of World War II, within the different conceptions of development adopted, as well as their main results. The methodology used is bibliographic, descriptive and documentary, using materials such as scientific articles and documents issued by institutions related to industrial policies. As a main result / conclusion, there is a wide difference in the political conceptions at a temporal level between the two countries, which can be characterized as state policies, in the case of South Korea, and of government, in the Brazilian case.

**KEYWORDS:** Industrial policy; Development; Brazil; South Korea.

### 1 | INTRODUÇÃO

Até meados do século XX, Coréia do Sul e Brasil eram países que se encontravam em estágios de desenvolvimento bem próximos, com uma série de problemas econômicos, relacionados, por exemplo, aos baixos níveis de educação e a incipiência de suas indústrias (industrialização tardia). Dentro deste contexto, os dois países estabeleceram e colocaram em prática diferentes estratégias de desenvolvimento econômico para as décadas seguintes. A política industrial fez parte das duas estratégias.

Passadas várias décadas deste período,

no entanto, os resultados obtidos pelos dois países em termos de desenvolvimento econômico apresentam-se de forma muito distinta. Enquanto a Coréia do Sul mostra um significativo crescimento em seu produto *per capita*, com avanços expressivos no setor industrial, inclusive em segmentos de alta tecnologia, o Brasil apresenta, há pelo menos três décadas, um processo de encolhimento relativo da indústria, que tem feito com que muitos economistas (Oreiro e Feijó, 2010; Morceiro, 2012; Cano, 2012; etc.) reconheçam um processo de desindustrialização na economia brasileira.

Com esta conjuntura, a principal aspiração do presente trabalho é mostrar a divergência entre a concepção de desenvolvimento adotada na Coréia do Sul e no Brasil, bem como o modo de utilização das políticas, destacando a política industrial. Através dos estudos de caso dos dois países em questão e da investigação de variáveis importantes relativas ao setor industrial será possível averiguar êxitos e fracassos nestas estratégias de desenvolvimento.

O trabalho parte do pressuposto de que o crescimento industrial é de suma importância para o desenvolvimento de um país. Com isso, torna-se necessário entender o desempenho do setor industrial brasileiro recente como um dos motivos pelos quais o Brasil vem apresentando resultados ruins em termos de crescimento econômico. Para tanto, é conveniente comparar o caso brasileiro com o caso de êxito no crescimento industrial sul-coreano.

A comparação é realizada por meio da apuração de variáveis significativas, com base em uma pesquisa descritiva. Visando cumprir o seu objetivo, o presente trabalho está dividido em cinco partes, além desta introdução e de suas conclusões. As duas primeiras tratam, respectivamente, dos materiais e métodos e da fundamentação teórica do tema, que mostra diferentes visões e entendimentos sobre a política industrial. A terceira mostra os diversos planos e medidas que foram realizados pelo Brasil visando o desenvolvimento da industrialização. Na quarta, é apresentada a história da Coréia do Sul em relação ao seu desenvolvimento e industrialização. Na quinta, é feita uma comparação entre os dois países para se chegar às conclusões.

## 2 | MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza bibliográfica, descritiva e documental, considerando dois estudos de caso de países em suas estratégias de crescimento econômico. São utilizados para o desenvolvimento do trabalho materiais como artigos científicos e documentos de instituições relacionados às políticas industriais. Segundo Yin (2005), o estudo de caso, frequentemente usado na área de ciências sociais aplicadas, é adequado para trabalhos que visam investigar como e o porquê da ocorrência de eventos contemporâneos. Em outras palavras, é uma investigação empírica que permite o estudo de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real.

Os estudos de caso podem, conforme Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), reunir informações numerosas e relevantes que permitam o conhecimento da totalidade da situação estudada. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso único é eminentemente justificável quando representa: i) um teste crucial da teoria existente; ii) uma circunstância rara ou exclusiva; ou iii) um caso típico ou representativo ou que serve a um propósito, que pode ser revelador ou longitudinal.

Neste trabalho, em particular, os estudos de caso de Brasil e Coréia do Sul tem como propósito fundamental observar as diferentes concepções políticas dos dois países com relação ao setor industrial, ou seja, realizar estudos de caso comparativos reveladores.

### **31 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A POLÍTICA INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Praticamente todos os países reconhecidos atualmente como desenvolvidos têm, ou pelo menos tiveram em algum momento histórico, na indústria, um dos principais motores para o seu desenvolvimento. Entre esses países é muito comum a observação, ao longo da história, de estratégias de crescimento/desenvolvimento econômico baseadas em políticas industriais.

Esta linha de pensamento desenvolvimentista com relação à indústria apóia-se, portanto, na intervenção do estado na economia, pois, em sua visão, não seria possível um país se industrializar apenas por meio dos estímulos do mercado. Dentro desta concepção, o estado deve fazer planejamentos para determinar quais setores econômicos devem se expandir e de que maneira as políticas poderão ser realizadas para a concretização desta expansão. A grosso modo, é possível afirmar que esta linha de pensamento segue as noções básicas de J. M. Keynes de que o estado deve utilizar os recursos necessários para interferir na demanda agregada, e, em consequência, no crescimento econômico, efetuando gastos em setores estratégicos, como o industrial, no qual a iniciativa privada, por algum motivo, apresenta deficiência.

Esta concepção desenvolvimentista vai contra a noção clássica de eficiência econômica, presente, por exemplo, na concepção de “mão invisível” de Adam Smith ou na Teoria das Vantagens Comparativas do comércio de David Ricardo, em que cada país deve se especializar naquilo em que é relativamente mais eficiente, conseguindo assim obter vantagens em relação ao comércio. Não obstante a relevância teórica e política da concepção tradicional, as ações desenvolvimentistas no setor industrial por parte de diversos países têm sido, na prática, um dos principais itens em seus planos de crescimento/desenvolvimento.

Segundo Suzigan (1996), há duas linhas de pensamento que explicam o que realmente deve ser considerado como política industrial. Na primeira linha, autores como Johnson (1984), Corden (1980) e Adam & Bollino (1983) afirmam que esta política

trata de medidas e programas que acabam influenciando direta ou indiretamente o setor industrial. Na segunda linha, autores como Chang (1994) e Krugman (1993) definem política industrial como um regime que se restringe a algum setor, com o objetivo de corrigir falhas de mercado.

Ainda de acordo com Suzigan (1996), a política industrial é um gerador de externalidades positivas que acaba aumentando a produtividade do capital e do trabalho e o salário real, sem, no entanto, pressionar a elevação de preços, o que promove um aumento no bem-estar social.

Conforme IEDI (2002, p. 13), a política industrial é a que produz a competitividade industrial, permite o acesso à mercados, incentiva o desenvolvimento das indústrias tecnológicas e as de bens de alto valor agregado, apóia a pesquisa e o desenvolvimento e incentiva a criação de novos desenvolvimentos em favor do aumento das exportações e da diminuição das importações. O “(...) objetivo final é impulsionar o crescimento econômico e o emprego do setor industrial. Assim, a política industrial é um componente de uma estratégia de fortalecimento da indústria e parte indispensável de uma política de desenvolvimento” (IEDI, 2002, p. 13). Já seus objetivos finais são: “(...) diversificar e fortalecer a indústria, aumentar o crescimento econômico e o emprego, contribuir para a redução das desigualdades regionais e de renda” (IEDI, 2002, p. 20).

Ainda de acordo com IEDI (2002), o crescimento econômico não ocorre em uma economia ou cenário estagnado. O desenvolvimento econômico também não deriva simplesmente de uma regulamentação do mercado para combater as suas falhas. Por outro lado, a política industrial e o desenvolvimento setorial por ela influenciado é capaz de manter a inflação estável e conter as contas públicas da economia do país, bem como promover a geração de empregos e os saldos positivos na balança comercial.

No que tange especificamente às concepções teóricas da política industrial brasileira até a década de 1970, marcada pela substituição de importações, com amplo investimento em atividades de empresas estatais e incentivos ao setor privado, é necessário primeiramente que se recorra às influentes concepções da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Segundo Pereira (2011), a CEPAL explica o subdesenvolvimento dos países latino-americanos a partir da deterioração dos termos de troca no comércio internacional, que traz, entre outros problemas, o atraso tecnológico e as pressões inflacionárias. Para reverter tal situação, a CEPAL propôs uma política de substituição de importações, com um amplo planejamento estatal, com ênfase no desenvolvimento industrial. Tarifas e subsídios seriam políticas capazes de reduzir ou até eliminar, no longo prazo, as diferenças de custos e preços entre os produtos internos e externos.

Pereira (2011) ainda destaca que, conforme a visão da CEPAL, o problema do desemprego nos países da América do Sul era causado pelo mau uso dos fatores de produção. Diferentemente dos países desenvolvidos, os países sul-americanos tinham pouco capital e muita mão de obra (uma combinação pobre de fatores de produção). A

industrialização seria o caminho para melhorar esta combinação de fatores.

Já o desequilíbrio entre exportação e importação ocorria, de início, por conta de os países latino-americanos só exportarem matérias-primas de maneira inelástica. Já nas importações, a dependência dos produtos industrializados estrangeiros era praticamente total, dada a incapacidade produtiva dos países até mesmo pela falta de produção de bens de consumo intermediários. Dentro deste contexto, a única maneira de acabar com o desequilíbrio externo observada e defendida pela CEPAL era a promoção do crescimento interno com a industrialização. Esta postura política perdurou da década de 1930 até pelo menos a década de 1960, quando o legado da CEPAL começou a ser perdido com a implantação das ditaduras militares em vários países da região (PEREIRA, 2011).

Ainda segundo Pereira (2011), na concepção de Celso Furtado, um dos principais formuladores e expoentes das ideias da CEPAL, a formação da relação entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos pode ser explicada em três etapas. Inicialmente tem-se o caso da política européia para o setor industrial, que, utilizando instrumentos e mecanismos econômicos e políticos, cria um centro de indústria. Posteriormente, ocorre a expansão dessa industrialização através da entrada de empresas dos países europeus em países do continente americano. Por último, ocorre a divisão internacional do trabalho, em que os países pobres têm que se especializar cada vez mais para aumentar a sua produtividade e, através da exportação, conseguir recursos suficientes para importar (principalmente produtos industrializados) dos países mais ricos.

Conforme Pereira (2011), ainda tratando das concepções de Celso Furtado, na década de 1950 havia a sugestão de algumas políticas econômicas para os países subdesenvolvidos. A primeira delas era o fim da credibilidade na teoria das vantagens comparativas. A segunda, recomendava ênfase no planejamento estatal. A terceira, referia-se ao controle do Estado pelas instituições da sociedade civil. Durante a década de 1970, com o projeto de crescimento industrial mais maduro, alguns desses países subdesenvolvidos, que ingressaram ou avançaram no processo de industrialização, contrariando a tendência mundial de queda no crescimento econômico, apresentaram crescimentos significativos.

#### **4 | BRASIL**

Ao final da Segunda Guerra Mundial o Brasil exibia uma série de mudanças em relação a sua estrutura econômica anterior aos anos 1930. Depois de quinze anos governado por Getúlio Vargas, com um estado cada vez mais forte e intervencionista, o país entrava em um projeto de industrialização pesada, com o principal objetivo de mudar a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e reduzir a sua dependência econômica. Neste período, cresceu o movimento de criação de estatais e de outras interferências governamentais na atividade produtiva do país,

principalmente no âmbito industrial. O Brasil, assim, aos poucos, deixou de ser um país essencialmente agrícola, para ser um país industrializado, tendo como marca central na política industrial a substituição de importações.

Entre a década de 1930 e meados da década de 1940, muitas discussões foram realizadas a respeito do processo de industrialização brasileiro. No entanto, como ressalta Suzigan (1996), os planos e tentativas de desenvolvimento industrial no período não tiveram efeitos significativos por representarem muitas vezes apenas centros de estudos ou fóruns de debates e não espaços de planejamento real.

A partir do primeiro período Vargas (1930-1945), no entanto, diferentes planos de crescimento/desenvolvimento econômico foram realizados pelos governos que se sucederam. Apesar de terem amplitudes diferenciadas, tais planos apresentavam, em comum, o foco no setor industrial. Entre eles estão o Plano SALTE, no governo Dutra, o Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek (JK), e o Plano Trienal, no governo João Goulart. Já no período militar, os destaques são o PAEG, uma abreviação do programa de ação econômica do governo, no governo Castelo Branco, e o Plano Nacional de Desenvolvimento, no governo Ernesto Geisel, realizado em duas etapas.

O Plano SALTE teve seu início em 1948. O significado da sigla do plano já indica claramente o seu foco: saúde, alimentação, transporte e energia. O maior objetivo era o desenvolvimento da infraestrutura do país, capaz de impactar positivamente nas atividades dos setores mencionados. Sob o Plano SALTE, ou em seguida a ele, foram criadas grandes estatais/instituições públicas, como Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Nordeste (BNB), Eletrobrás e Chesf. Os principais investimentos ocorreram em setores como construção naval, siderurgia (por meio da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)), metalurgia, portos, aeroportos, rodovias e refinarias. O Plano visou uma meta para o desenvolvimento econômico do país, que partia do investimento bruto na ordem de 10% do PIB (BRITO, 2004).

Já o Plano de Metas de JK, nomeado desta forma por estabelecer metas para o investimento público e privado, nacional e estrangeiro, geridas pelo Conselho de Desenvolvimento, apresentou resultados significativos em termos de crescimento industrial, em um período caracterizado pela expansão de empresas multinacionais e pela recuperação de economias centrais no pós-guerra. O foco do Plano de Metas estava nos seguintes setores: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. As medidas tomadas envolveram empréstimos compulsórios, fundos financeiros e importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. As indústrias que mais cresceram no período foram: automobilística, mecânica, química e metalúrgica (BRITO, 2004). Este período representa a consolidação da indústria pesada no Brasil.

Conforme Brito (2004), o slogan 50 anos em 5 de JK, com a política desenvolvimentista, incluindo a criação da nova capital, Brasília, considerada como a sua “meta-síntese”, apresentou um resultado efetivo: um crescimento de 8,3% ao ano na economia brasileira. Entretanto, dentro deste processo de expansão apareceram



disparidades sociais e regionais por causa da concentração de renda, bem como problemas macroeconômicos, como o aumento da inflação e a disparidade de desempenho entre os setores da economia.

Suzigan (1996) e Brito (2004) concordam que o Plano de Metas tinha uma base institucional de planejamento dada pelo diagnóstico da CMBEU (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos) e da CEPAL/BNDE. Deste modo, o Plano se tornou a primeira experiência real de planejamento e desenvolvimento industrial como um meio para alcançar o desenvolvimento geral do país, com resultados efetivos.

Já o Plano Trienal tinha como intenção principal algumas reformas de base, como aumentar salários e melhorar a distribuição de renda e, por consequência, o bem-estar social, mesmo em um momento de crise política e de desaceleração da atividade econômica brasileira pós Plano de Metas. O governo pretendia atingir um crescimento de 7% ao ano na economia, o que não ocorreu, dado, entre outros fatores, à instabilidade política do país (BRITO, 2004).

Com o golpe militar em 1964, um novo plano foi apresentado, o PAEG. Mais do que políticas industriais específicas, o PAEG promoveu uma série de medidas visando estabilizar a economia, por exemplo, organizando institucionalmente o setor financeiro, inclusive com a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil. A estabilidade institucional e macroeconômica (inflação baixa, por exemplo) era vista, neste contexto, como uma variável-chave para a atração de capital estrangeiro. Ainda foram criadas, neste período, instituições como o Banco Nacional de Habitação e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A política ainda envolveu cortes de investimentos públicos, aumento de impostos, contração de crédito e controle salarial (BRITO, 2004).

Em seguida ao PAEG, foi apresentado o Programa Estratégico do Desenvolvimento (PED), que vigorou entre 1968-1970. O PED foi desenvolvido em um período favorável da economia brasileira. Foi o início do “milagre brasileiro”, assim chamado pelo elevado crescimento econômico acompanhado de queda na inflação. Uma variável-chave para a compreensão do êxito desta política foi a liberdade para o ingresso de capital estrangeiro dentro do processo industrialização brasileiro (BRITO, 2004).

Com o fim do “milagre econômico brasileiro”, em 1973, em um contexto de importantes mudanças na conjuntura econômica mundial, com o choque do petróleo de 1973, entre outros fatores, que promoveram uma queda no crescimento econômico mundial, o governo de Ernesto Geisel propôs, em 1974, um novo plano de desenvolvimento econômico, o chamado Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que teve uma segunda versão em sequência (o chamado II PND). Conforme Brito (2004), o plano foi altamente concentrado nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Aproveitando-se da liquidez internacional em meio à desaceleração do crescimento econômico mundial, o governo brasileiro entendeu que os empréstimos internacionais poderiam acelerar o crescimento econômico do país. Com novas

mudanças na conjuntura econômica internacional no final da década de 1970, incluindo um novo choque do petróleo em 1979, as condições de financiamento internacional mudaram rapidamente. A dívida acumulada com credores internacionais aumentou significativamente por conta da elevação das taxas de juros em meio às políticas monetárias restritivas (principalmente dos Estados Unidos) a fim de controlar a inflação, derivada, entre outros fatores, do próprio segundo choque do petróleo.

Conforme destaca Brito (2014), o II PND desconsiderou o choque do petróleo e a recessão mundial, forçando um crescimento econômico no Brasil em torno de 6% ao ano. As medidas realizadas foram no sentido de retomar o processo de substituição de importações para bens de capital, insumos básicos, eletrônicos pesados, celulose e papel, metais não ferrosos, fertilizantes, defensivos agrícolas e produtos petroquímicos. O déficit público, por sua vez, foi suprido com emissão de títulos e aumento da taxa de juros e da inflação.

Com a piora no cenário econômico internacional, com o segundo choque do petróleo, foi criado o terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND). Esse plano foi realizado no governo de João B. Figueiredo principalmente para que houvesse uma maior estabilidade econômica. Porém, a conjuntura econômica não permitia mais a prática dessas medidas (BRITO, 2004)

Os primeiros anos da década de 1980 foram marcados por sérios problemas macroeconômicos no Brasil, herdados dos anos anteriores: inflação elevada, crescente e inercial, dificuldades com o balanço de pagamentos, principalmente devido ao aumento dos juros da dívida externa, entre outros. Dentro deste contexto, a política industrial brasileira foi perdendo espaço nas prioridades governamentais. A falta de uma política industrial no Brasil no período fez com que o país perdesse dinamismo e sofresse com o atraso tecnológico.

Na primeira metade da década 1980 o governo brasileiro precisou se preocupar fundamentalmente com o problema do balanço de pagamentos, que prejudicava a estabilidade interna do país e a sua credibilidade no exterior. Com um certo controle do problema em meados da década, os esforços governamentais voltaram-se para a inflação brasileira. Neste período de extrema dificuldade econômica, política e institucional, ocorreu as negociações para a retomada do processo democrático.

Já no governo Sarney (1985-1989), a inflação passou a ser combatida por meio de choques heterodoxos, caracterizados principalmente por congelamento de preços, incluindo salários de trabalhadores e taxa de câmbio. O primeiro plano foi o Cruzado, em 1986, que envolveu, além do congelamento de preços dos produtos e serviços da economia, alteração da unidade do sistema monetário para o Cruzado, congelamento dos salários por seis meses - reajuste salarial apenas quando a inflação alcançasse um aumento de 20%, entre outras medidas (BRITO, 2004).

Além de não conseguir conter a inflação, o congelamento de preços do Plano Cruzado gerou uma perda de confiança da população em relação ao governo Sarney, que ainda buscou outros planos heterodoxos para ao menos amenizar a

escalada inflacionária, como o Plano Bresser, em 1987, e o Plano Verão, em 1989. No primeiro, o governo pretendia iniciar a política com um congelamento de preços, para, posteriormente, flexibilizar preços e salários, mensalmente, até conseguir a liberalização total dos preços. A economia ainda teria um novo indexador, a Unidade de Referência de Preços (URP). Os resultados, no entanto, não foram os esperados e a inflação voltou ainda mais forte (BRITO, 2004).

No segundo, o governo voltou a congelar preços, salários, tarifas e aluguéis, e estabeleceu uma nova moeda, o Cruzado Novo, que tinha paridade inicial de um para um com o dólar congelado. A poupança, por sua vez, passou a ser corrigida pela taxa *overnight* durante os primeiros meses do plano, e os salários, corrigidos pela média anual dos preços (BRITO, 2004). Novamente, os resultados não foram os esperados e a inflação voltou ainda mais forte.

O processo de redemocratização do Brasil ocorreu então dentro de um contexto de escalada inflacionária. Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por voto popular desde de Jânio Quadros, em 1960, iniciou seu mandato em 1990 ainda tendo como problema central a inflação. Logo no início do governo, Collor apresentou o chamado Plano Brasil Novo, que ficou mais conhecido como Plano Collor. A ampla reforma proposta neste plano envolveu a retomada do nome Cruzeiro para a moeda nacional, câmbio flutuante, congelamento geral de bens e serviços, bloqueio de ativos financeiros, entre outras medidas. O plano provocou rapidamente uma forte recessão econômica, que começou a dificultar as condições de governabilidade de Collor.

Fernando Collor ainda apresentou um segundo plano, objetivando um processo de privatizações e de modernização do parque industrial, além do equilíbrio das finanças públicas. Neste novo plano, os preços foram controlados, mas não congelados. Com a má dissolução dos planos e a continuidade da crise econômica, no entanto, Collor não conseguiu se sustentar no poder e sofreu um processo de *impeachment* em 1992.

Com o *impeachment* de Collor, o vice presidente, Itamar Franco, chegou ao poder em outubro de 1992. Visando ainda resolver o problema inflacionário, depois de algumas tentativas, Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda para montar uma equipe e fazer a articulação necessária para o desenvolvimento de um novo plano de controle inflacionário. Em 1994 surgiu o Plano Real, um plano conceitualmente diferente dos demais, que visou eliminar a inflação inercial por meio de uma moeda transitória chamada de Unidade Real de Valor (URV). No processo de desenvolvimento do Plano Real, o cruzeiro passou a ser convertido em URV, que foi convertida em real, que, por sua vez, teve conversão com o dólar estipulada em 1 para 1. Com o resultado inicial positivo do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil nas eleições de 1994. Posteriormente, em 1998, seria reeleito para o mandato 1999-2002.

Com medidas de austeridade fiscal, bem como com uma política monetária restritiva e, mais adiante, uma política de câmbio semifixo (bandas cambiais) valorizado (até o início de 1999), o governo Fernando Henrique Cardoso atingiu os objetivos de

controle inflacionário, porém, o crescimento econômico foi pouco significativo ao longo dos seus dois governos (1995-2002).

Segundo Giambiagi (et. al., 2011), algumas das principais características dos governos Fernando Henrique Cardoso foram: as privatizações, o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações, mudanças no tratamento do capital estrangeiro, saneamento do sistema financeiro, reforma (parcial) da Previdência Social, renegociação das dívidas estaduais, aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ajuste fiscal, criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública e estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária (1999).

Em resumo, do começo da década de 1980 até 2002, as preocupações centrais da política econômica brasileira foram os problemas do balanço de pagamentos, das dívidas e, principalmente, da inflação. As estratégias de crescimento econômico do país, notadamente envolvendo a expansão industrial, não tiveram espaço na agenda política dos governos neste período.

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva venceu a eleição presidencial com um discurso de retomada das políticas desenvolvimentistas, incluindo políticas industriais. Logo em 2003 apresentou um plano de desenvolvimento industrial para o Brasil, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em um contexto econômico internacional e nacional completamente distinto do período de auge das políticas industriais brasileiras até a década de 1970. Além disso, instituições, programas e até mesmo pessoas que estiveram envolvidas nas antigas políticas industriais brasileiras já não estavam mais presentes na estrutura governamental. Ou seja, era preciso ao mesmo tempo compreender o papel e o espaço da política industrial nas novas condições econômicas em que o país estava inserido na década de 2000 e realizar a criação ou recriação de instituições, contratação de pessoal para o desenvolvimento de políticas, entre outras ações.

Segundo Salerno e Daher (2006), o planejamento para o desenvolvimento do país proposto pelo governo Lula era algo totalmente novo, considerando as políticas para industrialização em um contexto de economia aberta, com ênfase na competitividade, na inovação e na criação de novos produtos nas indústrias.

Salerno e Daher (2006) ressaltam também que uma das características mais importantes da PITCE é a sua preocupação com a diferenciação e a inovação dos bens que são fornecidos pela nação, não focando apenas em um setor da economia. Seu pilar central é a inovação, que recebeu estímulos por meio de políticas fiscais e creditícias, compras governamentais, subsídios diretos às empresas, diminuição de burocracias e apoio ao desenvolvimento de instituições públicas de pesquisa.

A PITCE foi desenvolvida por meio de uma junção de instituições públicas. O programa foi dividido em três eixos: Linha de Ação Horizontal, que teve como objetivo a modernização da indústria, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, a inserção externa e a melhoria do ambiente institucional; Opções Estratégicas, definidas

para os seguintes setores: software, semicondutores, bens de capital e fármacos e medicamentos; e Atividades Portadoras de Futuro, que envolveram os setores de biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis (ABDI, 2010).

A viabilidade do projeto tornou-se maior a partir da criação de algumas leis, como a Lei da Inovação, que visava uma maior união entre universidades e institutos públicos e as empresas privadas, estimulando a contratação de pesquisadores, a Lei do Bem, que promoveu o incentivo à inovação, de modo a reduzir seus custos e riscos, e a Lei da Biossegurança, que criou a oportunidade de pesquisas com organismos modificados e células-tronco. Uma instituição central para o resultado dessas políticas era o BNDES, o principal financiador das atividades relacionadas (ABDI, 2010).

A partir do início de 2008, já no segundo mandato de Lula, foi criado um outro programa de políticas industriais no Brasil, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que tinha como objetivo geral dar sustentabilidade à expansão da economia brasileira e, como objetivo específico, aumentar os investimentos produtivos e as taxas de crescimento do país através de bases sustentáveis (ICDI, 2008); [ABDI, 2014].

Entre os desafios do novo programa estavam: a ampliação da capacidade de oferta da economia, o aumento da capacidade de inovação, a preservação dos resultados favoráveis do balanço de pagamentos e o fortalecimento da pequena e média empresa. Conforme ICDI (2008), o PDP foi uma política que ampliou os setores beneficiados (em relação à PITCE). Já a ABDI [2014] destaca que o objetivo do programa era a eliminação da maior fonte de restrição do crescimento econômico do país, a insuficiência de investimento agregado.

O PDP criou cinco programas, chamados de Programas para Destaques Estratégicos. De acordo com ICDI (2008), os programas foram: ampliação das exportações com a ajuda do aumento dos financiamentos do BNDES nos setores com mão de obra intensiva; intensificação das micro e médias empresas; regionalização; aumento do comércio entre América Latina e África; e produção sustentável, no qual houve um comprometimento para a redução de impactos ambientais e para a busca de tecnologias para diminuição da poluição.

A política industrial brasileira criou ainda, para 2010, quatro metas para a macroeconomia do país: aumento da participação do investimento no PIB; crescimento dos gastos privados em P&D no PIB; aumento das exportações; e elevação do número de pequenas e médias empresas exportadoras.

Como resultados, a ABDI [2014] destaca que o PDP foi um aprofundamento da PITCE e ambas as políticas foram eficazes. Segundo a fonte, as políticas conseguiram articular o setor público com a atividade privada, de modo a conseguir uma operacionalização coordenada de política.

O plano de desenvolvimento industrial mais recente do Brasil foi o Plano Brasil Maior, implementado no primeiro governo Dilma. Seu lema era: “Inovar para competir. Competir para crescer”, já deixando claro que o seu objetivo era aumentar a capacidade produtiva nacional e, por consequência, a sua competitividade. Segundo ABDI [2014],



para alcançar o objetivo do Plano seriam necessários incentivos à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

O plano continha projetos de curto e de longo prazo. No curto prazo, as medidas eram focadas nos efeitos da crise internacional do período, que derrubou o preço das *commodities* e provocou oscilações na taxa de câmbio. Já no longo prazo, as medidas visavam transformar a estrutura brasileira em termos de competitividade. De acordo com ABDI [2014], as medidas tomadas podem ser divididas em três partes. A primeira foi a de redução dos custos e dos fatores de produção e a oferta de crédito para investimento. Para isto foi realizada uma desoneração da folha de pagamento e também incentivos às micro e pequenas empresas, desonerando o investimento. Um dos focos principais era a oferta de crédito, através, por exemplo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

A segunda era o desenvolvimento das cadeias produtivas, a indução do desenvolvimento tecnológico e a qualificação de pessoal. Para o desenvolvimento das cadeias produtivas e tecnológicas foi dado apoio através de programas como inova-auto, programa de apoio ao desenvolvimento tecnológico da indústria (PADIS), regime especial de tributação do programa nacional de banda larga (REPNBL), regime especial de incentivo (Reicomp), computadores para uso educacional, programa um computador por aluno (PROUCA) e programa nacional de acesso à escola técnica (PRONATEC).

Por fim, foram tomadas medidas para a promoção de exportações e defesa do mercado interno. Nesse sentido, foi criada a Agência Brasileira Gestora (ABGF), para analisar os riscos nas operações de financiamento das exportações brasileiras. Também foram criados o Portal Único de Comércio Exterior e a Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Além disso, foi promovida uma redução de maneira seleta e temporária do imposto de importação para bens de capital, informática e telecomunicações.

## 5 | CORÉIA DO SUL

Em 1945, quando a Península Coreana foi separada em dois países, a parte Sul, chamada a partir de então de Coreia do Sul, detinha basicamente recursos agrícolas e mão de obra. O setor industrial era bastante simples, baseado na manufatura de bens de consumo.

Logo em seus primeiros anos de existência, a Coreia do Sul, antes colônia japonesa, passou a ser ocupada por norte-americanos. Durante esse período, foram criadas leis para mudar as condições sociais, políticas e econômicas do país. Essas regulamentações iniciais, juntamente com as características socioculturais e de educação formal do país, desenvolvidas nas décadas seguintes, são peças importantes



para a compreensão do êxito sul-coreano no desenvolvimento industrial (MASIERO, 2000).

A proximidade com o Japão (histórica e geográfica) e com os Estados Unidos (por conta da Segunda Guerra Mundial) levou a Coréia do Sul a estabelecer parâmetros de eficiência e, ao mesmo tempo, a construir um pensamento de alcançar e até superar os estágios de desenvolvimento dos referidos países. Para isso, primeiramente o governo sul-coreano estabeleceu um longo e competitivo processo de formação escolar. Em segundo lugar, dadas as características territoriais do país (pequena dimensão, com pouco potencial de recursos naturais), procurou atrair capitais externos, inclusive para promover exportações e propiciar importações (ou seja, uma política amplamente distinta do caso brasileiro). Além disso, utilizando-se do desenvolvimento industrial japonês para obter fontes de tecnologia, conseguiu criar uma indústria de transformação e negócios de alta tecnologia para seu desenvolvimento. Em termos de políticas industriais específicas, ofereceu serviços de apoio para indústrias domésticas por meio de isenção tarifária no imposto de renda por sete anos e redução do IR em 50% nos três anos seguintes (MASIERO, 2000).

Com essas políticas, a economia sul-coreana já começou a apresentar um crescimento interessante no início da década de 1960, no governo ditatorial de Chung-Hee Park, que teve como uma de suas características a adoção de planos quinquenais de desenvolvimento elaborados pelo Conselho de Planejamento Econômico. A apresentação dos planos que segue está baseada em Masiero (2000).

Já no primeiro plano quinquenal surgiu a intenção de construir uma estrutura industrial para o país. As políticas contidas no plano visavam assegurar as fontes de energia, corrigir os desequilíbrios estruturais, expandir as indústrias básicas e de infraestrutura, mobilizar os recursos inativos, acertar o balanço de pagamentos, diminuindo as importações e aumentando as exportações, e avançar no âmbito tecnológico. Com essas medidas, o governo pretendia acabar com a pobreza e sustentar o desenvolvimento. O que realmente concebeu o crescimento, neste contexto, no entanto, foram as exportações.

O segundo plano quinquenal teve como objetivo principal modernizar a estrutura industrial e construir novas empresas para o avanço da política de substituição de importações. As direções políticas visavam a autonomia na produção de alimentos, o desenvolvimento da pesca, o estabelecimento de uma base para a indústria pesada, o equilíbrio no balanço de pagamentos, o investimento no planejamento familiar e no controle populacional, o aumento de impostos, a melhoria da tecnologia e a maior produtividade.

O terceiro plano quinquenal sul-coreano teve como objetivo principal unir o crescimento, a estabilidade e a igualdade, gerando uma economia mais estável. O gerenciamento político pretendia criar uma independência na produção de alimentos, uma melhoria nas condições de vida nas áreas rurais, ampliação das indústrias pesadas, progressão em ciência e tecnologia e melhoria na distribuição das indústrias

para favorecer as regiões mais pobres do país.

No quarto plano quinquenal (1977 a 1981), a Coréia do Sul passou por diversos problemas políticos que influenciaram no seu desenvolvimento. De qualquer modo, a ênfase do plano estava no progresso das indústrias de alta tecnologia, que procuravam mão de obra qualificada para conseguir competir no mercado internacional. Dentro deste contexto, por volta de 1980 a indústria sul-coreana já começou a aparecer no mercado internacional de alta tecnologia (indústria de inovações), atraindo, inclusive, investimentos estrangeiros diretos.

O quinto plano quinquenal sul-coreano foi realizado entre 1982 e 1986, em um momento de difícil crescimento econômico no país por causa de um aumento na dívida externa e de uma alta inflação. Neste contexto, o governo tentou incentivar a construção de uma sociedade de bem-estar social. O processo de abertura do país ao comércio internacional, por outro lado, continuou se ampliando: ênfase nas exportações, inclusive com aumento dos empréstimos ligados às exportações de bens duráveis, e maior liberdade às importações. A abertura da economia sul-coreana ao comércio internacional, com ênfase ao processo de exportações, na década de 1980, deu ao país a oportunidade de aumentar a sua competitividade internacional. A democracia do país foi restabelecida neste contexto, já com uma estrutura industrial formada.

O sexto plano quinquenal da Coréia do Sul foi realizado entre 1987 e 1991. Novamente a preocupação principal estava na melhoria da competitividade internacional, com uma política de abertura cada vez maior da economia ao mercado internacional. Outra ênfase do plano era na redução da burocracia das empresas do país. Outros objetivos da política econômica eram: diminuir os subsídios fiscais, privatizar empresas, ter um controle monetário indireto e minimizar os empréstimos estrangeiros, gerando então uma expansão monetária.

O sétimo plano quinquenal sul-coreano foi realizado entre 1992 e 1996, período em que a renda *per capita* do país já chegava a cerca de 7 mil dólares, mudando o país de patamar em termos de desenvolvimento econômico. A preocupação central do plano, no entanto, continuava em temas como crescimento da infraestrutura, mudança na educação, eficiência no transporte público e capacitação da mão de obra. Na organização industrial, procurou também oferecer maior apoio às pequenas e médias empresas. Também foram observados esforços para aumentar a estrutura agrícola, a unificação entre Norte e Sul e a continuidade do processo de abertura da economia, bem como mudanças (redução) nas funções do governo.

No final da década de 1990, a economia sul-coreana foi impactada por várias crises ocorridas no continente asiático, principalmente de natureza financeira, que prejudicaram fortemente o ingresso de investimentos estrangeiros. O país precisou, então, recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar das crises, o modelo de economia aberta da Coréia do Sul continuou sólido.

De 1998 a 2003 ocorreu uma reestruturação financeira, trabalhista, corporativa

e pública na Coréia do Sul, visando retirar a economia do país da crise e iniciar o século seguinte com uma economia bem estabelecida internacionalmente, estabilizada e com identidade própria, baseada na alta tecnologia. O país pretendia assumir um papel de destaque como uma das potências da terceira revolução industrial.

Realizando um balanço desta história de industrialização sul-coreana, autores como Masiero (2000) e Lima (2016) compartilham a ideia de que o êxito do projeto de crescimento/desenvolvimento do país ocorreu principalmente entre 1960 e 1980. Segundo Lima (2016), o crescimento sul-coreano a partir da década de 1960 pode ser visto por meio de três linhas de pensamento: a dos neoclássicos, a heterodoxa endogenista e a do cenário externo.

Os neoclássicos justificam o êxito do modelo sul-coreano por meio do entendimento de que a intervenção do estado foi neutra em termos de crescimento/desenvolvimento no país. Já os heterodoxos acreditam que o estado foi altamente influente no desenvolvimento da Coréia do Sul, principalmente em termos de política industrial. Já a linha de pensamento que segue o cenário externo parte do pressuposto de que os outros países já desenvolvidos, principalmente o Japão, possibilitaram condições favoráveis para o avanço econômico sul-coreano.

Masiero (2000), em resumo, destaca os seguintes motivos para a expansão da economia sul-coreana no período 1950-1990, baseada no acelerado crescimento do setor industrial:

- exportação valorizada desde 1961, junto com políticas de substituição de importações e a utilização mais eficiente dos recursos do país;
- desenvolvimento econômico por meio dos planos quinquenais, que deram maior importância às indústrias leves, na década de 1960, às indústrias química e pesada, na década de 1970, e, por fim, às indústrias de conhecimento intensivo, nas décadas de 1980 e 1990;
- fim das ocupações no país, tanto japonesas quanto norte-americanas, dando início à políticas como as de reforma agrária e educação obrigatória, antes mesmo das políticas industriais;
- os Estados Unidos passaram a ser um dos maiores consumidores dos produtos da Coréia do Sul, inclusive na Guerra do Vietnã; os norte-americanos também ajudaram os sul-coreanos na Guerra Fria;
- os ciclos que movimentaram a indústria - que aumentaram a concorrência e exigiram mudanças na administração, nas formas de coalizações empresariais, etc.;
- a importância dada à fabricação de produtos com eficiência em prazos de entrega, qualidade, tecnologia empregada, etc.;
- a existência de um mercado financeiro paralelo, que proporcionou lucros especulativos para determinadas empresas, melhorando suas posições no setor industrial;

- as chamadas General Trading Companies, que ajudaram a Coréia do Sul a se tornar representativa nos mercados internacionais;
- o avanço da economia regional (países vizinhos);
- a população que se uniu para uma alavancagem econômica e para um avanço na autonomia do país.

## 6 | UM COMPARATIVO BRASIL E CORÉIA DO SUL

Como foi possível observar nos estudos de caso de Brasil e Coréia do Sul, no início do pós-guerra os países apresentavam níveis de desenvolvimento econômico parecidos. Em outras palavras, ambos eram subdesenvolvidos e de industrialização tardia. Além disso, politicamente passaram por situações também parecidas, como ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970. Também com relação às visões de desenvolvimento econômico e de políticas industriais iniciais há semelhanças: o desenvolvimento era inspirado na ideia de incentivar a indústria pesada para substituir as importações através de planos nacionais.

Algumas diferenças entre os países também são relevantes e precisam ser destacadas. Primeiramente o tamanho dos países. Por ser geograficamente muito maior do que a Coréia do Sul, o Brasil tende a ter naturalmente um perfil de menor dependência do comércio internacional e de grande produtor e exportador de *commodities*; já os sul-coreanos tinham que partir para políticas mais abertas por conta de sua maior dependência do comércio internacional e de contar com menores fontes de recursos naturais. A posição geográfica é outro fator relevante, principalmente pela proximidade sul-coreana com o Japão, um dos líderes da chamada terceira revolução industrial.

Não obstante essas semelhantes e diferenças econômicas e políticas entre Brasil e Coréia do Sul, os resultados alcançados pelos dois países em termos de crescimento econômico nas últimas décadas foram altamente distintos, como mostra a Tabela 1, que trata do crescimento econômico dos dois países entre 1963 e 2015.

Períodos	Coréia do Sul	Brasil
1963-1971	10,02	3,30
1972-1975	9,50	10,90
1976-1979	10,99	6,45
1980-1982	4,60	-2,41
1983-1987	10,80	4,66
1988-1993	8,25	0,65
1994-1997	7,66	3,14
1998-2000	4,62	2,32
2001-2006	4,82	3,52
2007-2009	3,00	3,68
2010-2013	10,94	4,09

Tabela 1 - Crescimento econômico de Coréia do Sul e Brasil (% PIB) - período 1963-2015

Fonte: World Bank (2010).

A explicação para estas diferenças de crescimento são variadas entre os autores. Costa [2006], por exemplo, destaca aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais dos países, bem como o modelo de estado adotado. Já Rosa (2011), enfatiza as diferenças entre os países em termos de ensino médio e superior, infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, taxas de juros, estrutura tributária e mercado de trabalho.

Segundo Costa [2006], o processo de abertura econômica iniciado anteriormente pelo governo sul-coreano também foi relevante neste contexto de êxito do modelo, dado que a economia mundial sofreu fortes mudanças a partir da década de 1980, com os capitais ganhando maior mobilidade e as tecnologias de informação se tornando peças centrais na atividade econômica. A Coréia do Sul, naquele momento de transição, era um país ainda em desenvolvimento, mas já preparado para essas mudanças. Já outros países em desenvolvimento, como o Brasil, que ignoraram tal eficiência, passaram por grandes dificuldades econômicas nos anos que se seguiram [COSTA, 2006].

Ainda conforme Costa [2006], a maior diferença entre os dois países pode ter se iniciado na “crise da dívida”, entre 1979 e 1982, quando o Federal Reserve (FED) aumentou seus juros. O Brasil apresentava, neste contexto, uma economia com hiperinflação e estagnação, e acabou perdendo a oportunidade de crescer junto com outros países em desenvolvimento. Já a Coréia Sul superou essa crise com mais rapidez, se aliando ao Japão e investindo no avanço de novas tecnologias e indústrias, assumindo uma posição mundial completamente distinta da que tinha anteriormente. Além disso, na década de 1990, alguns países em desenvolvimento, como a Coréia do Sul, conseguiram um grande avanço econômico devido ao alto nível de investimento direto estrangeiro por causa de taxas de retorno mais atraentes.

Do ponto de vista da fundamentação teórica, como crítica ao caso brasileiro, comparando-o com o caso sul-coreano, Portes (2014, p.6) destaca:

O perfil da política industrial brasileira contemporânea está voltado muito mais para um pensamento neoclássico, de apenas resolver as falhas de mercado, do que realmente inovador, como o pensamento neoschumpeteriano. Já a Coréia do Sul, por possuir uma indústria muito mais expressiva, tem um foco bastante schumpeteriano ao realizar políticas direcionadas ao contínuo aperfeiçoamento tecnológico, buscando ser pioneira em novas indústrias.

Enquanto a Coréia do Sul é atualmente um país com mais autonomia e com uma estratégia de desenvolvimento mais clara, o Brasil tornou-se altamente vulnerável às mudanças da economia internacional e perdeu, ao longo do tempo, suas estratégias

mais consistentes de desenvolvimento [COSTA, 2006].

De acordo com Pereira (2008), depois de todos esses acontecimentos em suas economias, o Brasil se encontra em uma categoria denominada “desenvolvimento nacional-dependente”, junto com todos os outros países da América Latina, enquanto que a Coreia do Sul pertence ao grupo de “desenvolvimento autônomo”, que obteve êxito em sua autonomia pós Segunda Guerra.

Uma das possibilidades de o Brasil voltar a se aproximar dos padrões de desenvolvimento sul-coreano talvez seja a sua própria aproximação com o país asiático. Alguns esforços isolados podem ser observados nesta direção. Na década de 1990, por exemplo, os dois países assinaram um acordo em que se comprometeram a colaborar na ciência e na tecnologia, importando informações científicas e tecnológicas e realizando intercâmbios entre cientistas.

## 7 | CONCLUSÕES

Dado o objetivo principal do trabalho de explicar a divergência das concepções de desenvolvimento e a adoção de políticas, destacadamente a industrial, entre Brasil e Coreia do Sul, a fim de uma melhor compreensão dos diferentes resultados econômicos obtidos pelos dois países nas últimas décadas, foi possível observar uma série de semelhanças e diferenças entre os casos, várias delas já amplamente reconhecidas na literatura econômica, como o histórico político com ditadura e posterior democratização e as posturas de integração internacional via comércio.

No entanto, uma diferença importante entre esses dois países chamou mais a atenção, uma vez que não reside em políticas específicas ou em determinadas situações econômicas ou políticas particulares observadas ao longo de suas histórias, mas sim em uma característica muitas vezes negligenciada pela literatura econômica: os projetos de longo prazo para o setor industrial. Enquanto a Coreia do Sul observou a política industrial como uma política de estado, apesar das significativas diferenças entre os seus governos, o Brasil adotou políticas de governo para o setor.

Em outras palavras, as políticas industriais, que frequentemente demandam períodos significativos para amadurecimento, no Brasil, muitas vezes, não tiveram sequência nos governos seguintes, prejudicando fortemente o desempenho industrial e, por consequência, o econômico, do país.

## REFERÊNCIAS

ABDI. **PITCE 3 anos**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/2010%20-%20PITCE%203%20anos.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

ABDI. **Plano Brasil Maior: inovar para competir. Competir para crescer. Balanço Executivo: 2011-2014**. Brasília, [2014]. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Relatorio%20PBM%202011-2014.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.



ABDI. **Contribuições para a política de desenvolvimento industrial, de inovação e de comércio exterior: período 2011/2014**, 2014. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/livroBrasilMaior.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

BRITO, P. **Economia Brasileira: Planos Econômicos e Políticas Econômicas Básicas**. São Paulo, Editora Atlas, 2004.

BRUYNE, P. HERMAN, J. SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Texto para Discussão. IE.UNICAMP, Campinas, n. 200, 2012.

COSTA, J. **Brasil e Coréia: uma relação em construção**. Texto para Discussão, 2006. Disponível em: <[https://liceu.fecap.br/LICEU\\_ON-LINE/article/view/865/675](https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/865/675)>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

GIAMBIAGI, F et. al. **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

LIMA, U. M. **O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coréia do Sul: uma linha alternativa de interpretação**. Trabalho apresentado no XXI ENEP, 2016. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/acadex.articles/Articles/56d9fdeb856af8ea20c0eff-fileIdentified.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

IEDI. **A política de desenvolvimento industrial**, 2002. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/anexos\\_legado/4cfe53d30f0442c9.pdf](http://www.iedi.org.br/anexos_legado/4cfe53d30f0442c9.pdf)>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

MASIERO, G. **A economia coreana: características estruturais**. Texto para Discussão. Seminário sobre Brasil e Coréia do Sul - IPRI-Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art6.PDF>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. Dissertação de Mestrado, UNESP/Araraquara, 2011.

OREIRO, J. L. FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abril-junho/2010.

PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimento do Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-141, 2011.

PEREIRA, L. C. B. **O conceito histórico do desenvolvimento econômico**. Texto para Discussão, EESP/FGV n. 157, 2008.

PORTES, A. S. M. **Política industrial no século XXI: os casos do Brasil e da Coréia do Sul**, 2014. 88 f. Trabalho de conclusão de curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ROSA, J. P. **Gestão escolar: um modelo para a qualidade Brasil e Coréia**, 2011. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SALERNO, M. S. DAHER, T. **Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Governo Federal (PITCE): balanço e perspectivas**. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/renai/public/arquivo/arq1272980896.pdf](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1272980896.pdf)>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

SUZIGAN, W. Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.

6; n. 1 (61), 1996.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 212. p., 2005.

WORLD BANK. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

Classificação JEL: L52; L60.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-32-1

